



Introdução	XXI
CAPÍTULO I — O DIREITO INTERTEMPORAL	1
1.1 Conceito	1
1.1.1 Abrangência e limites	1
1.1.2 Terminologia	5
1.2 Da natureza jurídica	8
1.3 Breve histórico sobre a evolução do direito intertemporal	11
1.3.1 Fases	11
1.3.1.1 Negativa	12
1.3.1.2 Embrionária ou vulgar	13
1.3.1.3 Pré-científica	13
1.3.1.4 Científica	13
1.3.1.4.1 Principais pensadores e teorias	14
1.3.1.4.1.1 Gabba — teoria subjetiva	16
1.3.1.4.1.2 Roubier — teoria objetiva	20
1.3.2 As causas da evolução do direito intertemporal	25
1.4 Importância — previsibilidade e segurança X necessidade de mutação das leis	27

CAPÍTULO II — O DIREITO INTERTEMPORAL BRASILEIRO	33
2.1 Origem e evolução.....	33
2.1.1 Da vigência do direito português ante a ausência de legislação específica.....	33
2.1.2 O início do direito intertemporal — evolução constitucional e legislativa da matéria	35
2.2 Sistema híbrido — influência de Gabba e Roubier.....	40
2.2.1 Da impossibilidade de aplicação de uma única teoria	40
2.2.2 Da proximidade e semelhança entre ambas as teorias.....	42
2.2.3 Da prevalência da teoria objetiva em virtude de sua maior amplitude.....	44
2.3 Disciplina constitucional	48
2.3.1 Proteção ao ato jurídico perfeito, à coisa julgada e ao direito adquirido	48
2.3.2 Vinculação do legislador, do magistrado e das autoridades administrativas.....	52
2.3.3 Vantagens e desvantagens do sistema adotado pelo legislador pátrio.....	57
2.4 Legislação ordinária — Lei de Introdução ao Código Civil	59
2.4.1 Âmbito de aplicação não exclusivo para o direito civil.....	59
2.4.2 Regra geral — aplicação imediata e consagração do princípio da irretroatividade das leis	60
2.4.3 O conceito de aplicação imediata e futura da norma.....	65
2.4.4 A sobrevivência da lei velha — ultra-atividade.....	66
2.4.4.1 Direito adquirido.....	67
2.4.4.2 Ato jurídico perfeito	72
2.4.4.3 Coisa julgada	76
2.5 Fatores que devem ser considerados na aplicação de normas novas	80
CAPÍTULO III — O DIREITO INTERTEMPORAL	
PROCESSUAL CIVIL	85
3.1 O processo civil.....	85
3.1.1 Conceito e finalidade.....	85
3.1.2 Natureza	87
3.1.3 Autonomia e complexidade.....	89

3.2 Breve notícia histórica sobre a evolução do direito intertemporal processual civil no Brasil	92
3.3 Do direito alienígena	94
3.4 Um regime diferenciado?	96
3.5 Da eficácia imediata da lei processual	100
3.6 Os sistemas existentes para dirimir o conflito de leis processuais no tempo	103
3.6.1 Unidade	103
3.6.2 Fases processuais.....	104
3.6.3 Isolamento dos atos processuais.....	105
3.6.4 O <i>sui generis</i> modelo brasileiro	106
3.7 Um esboço do conceito de direitos adquiridos processuais e das situações jurídicas processuais protegidas das alterações das leis no tempo	107

CAPÍTULO IV — A APLICAÇÃO DO DIREITO INTERTEMPORAL ÀS NORMAS E SITUAÇÕES PROCESSUAIS CIVIS COM FEIÇÃO DE DIREITO MATERIAL.....

115

4.1 Direito material e processual	115
4.1.1 Da distinção	115
4.1.2 Pontos de contato	117
4.1.3 A localização topológica das normas não influencia a sua natureza — normas heterotópicas	118
4.1.4 Das teorias — unitária e dualista	120
4.1.5 O processo regendo o próprio processo — reflexos da atividade processual na ordem substancial	123
4.1.6 A relação existente entre a lei processual e o fato litigioso	125
4.2 Normas e situações processuais com natureza de direito material	126
4.2.1 A natureza das normas processuais	126
4.2.2 Das normas processuais materiais	128
4.2.2.1 Jurisdição e competência.....	131
4.2.2.1.1 Competência absoluta	131
4.2.2.1.2 Competência relativa.....	139
4.2.2.2 Direito de Ação.....	140
4.2.2.3 Provas	145

4.2.2.4	Coisa julgada	147
4.2.2.5	Responsabilidade patrimonial.....	148
4.2.2.6	Rol não exaustivo	151
4.2.3	Os reflexos extraprocessuais no plano material — caracterização do processo como situação jurídica de direito substantial	151
4.2.4	Normas heterotópicas	153
4.2.5	O porquê da aplicação da regra de direito civil e não da processual	153
	Conclusão	157
	Referências Bibliográficas.....	161